



**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

- 2014 -

# DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	3
<b>2. ATIVIDADES DE AUDITORIA</b> .....	4
2.1 <b>ÁREA ADMINISTRATIVA</b> .....	4
2.1.1 Acompanhamento das licitações processadas nos termos do art. 25 da Lei 8.666/93 .....	4
2.1.2 Fiscalização no cumprimento do contrato nº 210/2012. ....	4
2.1.3 Auditoria no serviço de malote e correios. ....	5
2.1.4 Auditoria nos contratos de vigilância patrimonial.....	5
2.1.5 Acompanhamento do Processo 2011/88599 – Almoarifado Central .....	6
2.1.6 Acompanhamento do Processo 2013/131554 – Monitoramento do Sistema de Controle Patrimonial .....	6
2.1.7 Monitoramento do Sistema de Frotas – Processo nº 2012/41877 .....	7
2.2 <b>ÁREA DE RECURSOS HUMANOS</b> .....	8
2.2.1 Auditoria no processo de readaptação.....	8
2.2.2 Auditoria no controle interno administrativo: concessão de licença prêmio. ....	8
2.2.3 Acompanhamento das medidas determinadas pela E. Presidência com referência à Auditoria de Avaliação de Desempenho 2013.....	9
2.3 <b>ÁREA DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA</b> .....	9
2.3.1 Acompanhamento do Plano Plurianual. ....	9
2.3.2 Acompanhamento da execução orçamentária. ....	10
2.3.3 Auditoria no pagamento de diárias e auxílios.....	10
2.3.4 Acompanhamento dos recursos provenientes de Acordo de Cooperação com o Banco do Brasil. ....	11
2.3.5 Acompanhamento da execução orçamentária de despesa de pessoal (em atendimento à solicitação verbal do excelentíssimo desembargador Dr. Armando Sérgio Prado de Toledo).....	12
2.4 <b>ÁREA DE GESTÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL</b> .....	13
2.4.1 Acompanhamento das inscrições e cancelamentos de restos a pagar.....	13
2.4.2 Verificação da implantação das novas Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público. ....	14
2.4.3 Auditoria na Desoneração da Folha de Pagamento.....	15
2.4.4 Monitoramento das determinações do Relatório de Auditoria nº 3/2013 – Acompanhamento da Aplicação das Resoluções números 98/2009, 169/2013 e 183/2013 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. ....	16
2.5 <b>ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b> .....	21
2.5.1 Auditoria nos sistemas de informação na área administrativa. ....	21
2.5.2 Acompanhamento para verificar o nivelamento de TI. ....	22
2.5.3 Ações Coordenadas de Auditoria – CNJ – Tecnologia da Informação.....	22
2.5.4 Acompanhamento patrimonial dos equipamentos de informática adquiridos em 2011 (RA 8/2012) .....	22
2.5.5 Auditoria em Sistemas de Segurança da Informação - RA 12/2013. ....	23
2.6 <b>ÁREA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA</b> .....	24
2.6.1 Auditoria em obras e serviços de engenharia. ....	24
2.6.2 Auditoria no Controle Interno Administrativo da gestão de obras e serviços de engenharia.....	25
2.6.3 Acompanhamento do projeto Fóruns São Paulo.....	25
2.6.4 Acompanhamento das recomendações da Auditoria Especial em Contratos de Obras e Serviços nas Comarcas do Interior (2012) .....	26
<b>3. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO</b> .....	26



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

### **1. APRESENTAÇÃO**

Esta Diretoria de Controle Interno possui como missão institucional assegurar a legalidade, economicidade e eficiência no desempenho das gestões administrativas. Para tanto, são efetuadas ao longo do ano auditorias internas, inspeções e fiscalizações visando verificar a regularidade dos procedimentos e sistemas adotados pela Instituição na execução de suas atividades, bem como avaliar o grau de adequação às exigências legais e metas estabelecidas, além de assessorar e fornecer à alta Administração as informações gerenciais para tomada de decisões.

Todavia, para cumprimento de sua missão, especialmente considerando a complexidade da maior Corte do país, necessário o constante aprimoramento da estrutura, conhecimento técnico e forma de atuação.

Assim, no primeiro semestre de 2014, a E. Presidência fortaleceu esta Diretoria de Controle Interno, lotando novos servidores e possibilitou a imprescindível capacitação em técnicas de auditoria em diversas instituições, públicas e privadas. A somatória das horas/aulas de todos os cursos, simpósios e palestras que os integrantes desta DCI participaram alcançou o montante de 2.111 h/a. Tal política de investimento trouxe uma nova perspectiva ao setor, pois elevou seu nível de conhecimento e ampliou as possibilidades de atuação nas mais diversas áreas administrativas desta E. Corte.

Em relação à atuação desta DCI na fiscalização do uso dos recursos públicos, cabe ressaltar que os trabalhos geram benefícios ao erário, mensuráveis e não mensuráveis. Dentre os mensuráveis, no ano de 2014, foram iniciados trabalhos que, segundo previsões melhor detalhadas no decorrer do presente relatório, podem gerar R\$ 21.588.012,23 de economia aos cofres públicos.



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

## **2. ATIVIDADES DE AUDITORIA**

### **2.1 ÁREA ADMINISTRATIVA**

#### **2.1.1 Acompanhamento das licitações processadas nos termos do art. 25 da Lei 8.666/93**

**Procedimentos realizados:** Análise, antes da assinatura pelo ordenador de despesas, de todas as contratações diretas, por inexigibilidade de licitação, efetuadas ao longo do ano de 2014 pelo Tribunal de Justiça. Foram analisadas 29 contratações diretas no ano de 2014

**Pendências:** Não há

**Potenciais benefícios:** A prévia análise dos procedimentos aumenta o nível de segurança jurídica, mitigando eventuais apontamentos durante a fiscalização do Tribunal de Contas.

#### **2.1.2 Fiscalização no cumprimento do contrato nº 210/2012.**

**Procedimentos realizados:** Análise do contrato 210/2012, firmado com a empresa Wellington Scarparo Botaro, para aquisição de 10.869 cadeiras, no valor R\$ 1.402.542,00. A fiscalização se mostrou necessária após a realização de auditoria do Sistema de Monitoramento Patrimonial, no ano de 2013, uma vez que, durante inspeção, foram encontradas várias cadeiras com defeitos. Como exemplificação, de uma amostragem de 1.421 cadeiras (13% do total adquirido), 289 peças apresentaram problemas (20,34%, da amostragem). Também foi constatada dificuldade no acionamento da garantia contratual. Confeccionado questionário para ser respondido por 25 administrações (correspondente a 30% do material recebido), todas as unidades informaram insatisfações com o bem e com a empresa, ante a dificuldade de acionamento da garantia. Foi constatado o descumprimento de várias cláusulas contratuais pela empresa, desde a entrega dos materiais até a entrega de laudo relativo às especificações das cadeiras, o que não impediu o recebimento das cadeiras e o ateste das notas. Contudo, não houve abertura de procedimentos apuratórios e consequentemente aplicação de penalidade. Por outro lado, foram constatadas divergências nos dados do SIP, pois os registros patrimoniais não correspondem aos bens que estão no local, demonstrando a deficiência no controle de bens e no inventário de materiais. Conclusão do Relatório Preliminar.

**Pendências:** Aguardando manifestação da Secretaria de Abastecimento sobre o Relatório Preliminar.

**Potenciais benefícios:** Elaboração de procedimento efetivo para a utilização da garantia contratual, extensivo aos demais contratos de aquisição de bens, melhoria na aquisição de



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

cadeiras e criação de sistema de entrega ponto-a-ponto, além da redução nas aquisições de novas cadeiras e na manutenção de materiais.

### **2.1.3 Auditoria no serviço de malote e correios.**

**Procedimentos realizados:** Foram efetuados exames documentais, entrevistas, indagação escrita, análise de cálculo e circularização dos dados em relação aos contratos firmados junto ao TJM e ao TJPR. O contrato foi analisado juntamente com as normas internas correspondentes. Foi verificada a eficiência da fiscalização e gestão do contrato firmado com os Correios e analisada a adequação do sistema de Malas e Malotes. A utilização deste sistema pelas unidades se mostrou deficiente, sob o argumento de que o sistema depende da implementação de benfeitorias pela área de informática, com a existência de várias pendências que não foram atendidas pela empresa responsável nos prazos estabelecidos. Concluído o relatório de Auditoria nº 03/2014, as respectivas recomendações foram acolhidas pela Presidência.

**Pendências:** concluído

**Principais benefícios:** aperfeiçoamento da gestão e fiscalização dos contratos, aprimoramento dos procedimentos e do sistema Malas e Malotes e maior eficiência no rastreamento de processos.

### **2.1.4 Auditoria nos contratos de vigilância patrimonial**

**Procedimentos realizados:** Foi realizada reunião com o Secretário da Administração e com o Diretor da SAD 4 – Diretoria de Segurança Patrimonial e coletados materiais para compreensão dos procedimentos adotados para contratação, fiscalização e gestão dos contratos de vigilantes. Posteriormente, foram realizadas inspeção local, por amostragem, em diversos prédios da Capital e Grande São Paulo, com intuito de abranger todas as empresas contratadas pelo Tribunal de Justiça (Complexo Jurídico Mario Guimarães, Fórum Regional do Butantã, GADE MMDC, Fórum João Mendes Junior, Prédio Administrativo da Glória, Fórum de Guarulhos) e verificar se a fiscalização e gestão dos contratos estão de acordo com as normas vigentes, de onde também foram coletados materiais para análise (questionários, relatórios de avaliação, documentação dos vigilantes, armas, observação de



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

sala de armas e dos serviços executados). Com o intuito de abranger todos os contratos em vigor, foi criado questionário o qual foi enviado para 14 prédios do interior e solicitado documentos para análise da efetividade da fiscalização e gestão do contrato.

**Pendências:** aguardando retorno dos questionários respondidos e documentos solicitados às unidades do interior.

**Potenciais benefícios:** padronização nos controles de fiscalização, melhoria na gestão dos contratos e estudo de viabilidade da troca de parte dos vigilantes armados por controladores de acesso com o intuito de redução do valor do contrato.

### **2.1.5 Acompanhamento do Processo 2011/88599 – Almoxarifado Central**

**Procedimentos realizados:** Análise do impacto causado nas rotinas de trabalho do setor depois da implantação da Rede de Suprimentos, bem como as providências tomadas em relação ao saldo de itens excedentes em estoque. Solicitação de esclarecimentos sobre a aquisição de tampos de vidro, mesmo com a existência de estoque excedente, conforme pesquisada realizada no sistema ALX, e do local de entrega em local único (almoxarifado) em detrimento da entrega ponto a ponto.

**Pendências:** Aguardando resposta dos ofícios encaminhados a SAB.

**Potenciais benefícios:** Otimização do controle de materiais, redução de estoque e de gastos com os materiais utilizados pelo Tribunal, além do aprimoramento e padronização na aquisição de bens móveis.

### **2.1.6 Acompanhamento do Processo 2013/131554 – Monitoramento do Sistema de Controle Patrimonial**

**Procedimentos realizados:** Solicitação de informações à SAD, SAB, STI e SOF sobre o cumprimento das recomendações apresentadas no Relatório de Auditoria nº 13/2013 pelas unidades auditadas. Encaminhamento de Informação nº 33/2014 à Egrégia Presidência, sobre o andamento das recomendações. Determinação da E. Presidência para manifestação da SAB e da STI sobre o andamento das recomendações não atendidas e apresentação de Plano de Ação da SAB para conclusão dos Inventários Patrimoniais



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

Anuais. Realizada reunião entre esta DCI e a SAB para verificação do andamento das recomendações de auditoria.

**Pendências:** Aguardando resposta da SAB.

**Potenciais benefícios:** Controle do acervo patrimonial dos bens do Tribunal de Justiça, conservação dos bens através da imposição de responsabilidade sobre os materiais pelo servidor que recebeu a guarda dos mesmos e otimizar os processos de depreciação.

### **2.1.7 Monitoramento do Sistema de Frotas – Processo nº 2012/41877**

**Procedimentos realizados:** Este monitoramento surgiu em virtude de auditoria realizada em 2012/2013, com a finalidade de analisar os procedimentos adotados na execução dos contratos de prestação de serviços para manutenção de veículos oficiais deste Tribunal. Concluído o Relatório de Auditoria, as áreas responsáveis foram questionadas sobre a não utilização do Sistema de Frotas, bem como para apresentação de solução para o uso desta ferramenta. A E. Presidência determinou a apresentação de Plano de Ação, pela SAD e a STI, para utilização plena do módulo de sistema de frotas. Realizada reunião com esta Diretoria, foi concluído o Plano de Ação e ficou acordado que seria entregue versão corrigida do Sistema de Frotas, com previsão de início de utilização em agosto de 2014 e de realização de cursos de capacitação presenciais (capital) e à distância (interior e grande são Paulo) em setembro de 2014. Realizada nova reunião, foi apontada dificuldade de inserção do procedimento nas unidades e a possibilidade do sistema ser instalado nas unidades do interior, mas a capacitação depende de situação contratual pendente junto à Softplan. Foi sugerido que o curso seja assumido pelo próprio Tribunal, através do EJUS e a expansão se inicie pela DARAJ 10.

**Pendências:** Reunião agendada para o dia 26 de janeiro de 2015.

**Potenciais benefícios:** aprimorar o controle e a fiscalização da execução contratual e utilização do Sistema de Frotas para gestão e manutenção de veículos, o qual já foi implantado pelo Tribunal pelo valor de R\$ 283.290,00, acrescido do custo de manutenção já dispendido estimado em R\$ 714. 291,01 e custo de manutenção mensal estimado em R\$ 30.813,07, em que pese a não utilização do referido sistema.



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

## **2.2 ÁREA DE RECURSOS HUMANOS**

### **2.2.1 Auditoria no processo de readaptação.**

**Procedimentos realizados** – Foi elaborado fluxograma da rotina de trabalho, analisadas as legislações referentes à matéria e seu cumprimento pelo setor responsável. Também foram realizadas entrevistas com os responsáveis pela área médica, psicologia, pelos assistentes sociais e com o supervisor responsável pelo setor de Readaptação. Foram selecionados processos, por amostragem, para análise dos procedimentos adotados, dos prazos de elaboração em cada etapa e a conclusão do pedido de readaptação. Também foi realizado o cruzamento de dados que demonstrou a existência de readaptados prestando serviço na Força Tarefa/Serviço Extraordinário, sem que houvesse comunicação das condições/limitações de trabalho do servidor ao responsável pelo serviço. Elaboração do Relatório de Auditoria nº 06/2014.

**Pendências:** concluído

**Principais benefícios:** - Agilidade na conclusão dos processos para concessão da readaptação; atualização da Portaria nº 7.437/2007, com a desvinculação da SPRH da Presidência do GTR, tendo em vista a subdivisão da Secretaria de Recursos Humanos e a criação da SAS. Criação de controle dos servidores readaptados que trabalham na “Força Tarefa” e serviço extraordinário.

### **2.2.2 Auditoria no controle interno administrativo: concessão de licença prêmio.**

**Procedimentos realizados:** Foram analisadas as legislações referentes à Licença Prêmio e realizada entrevista com a supervisora do setor responsável para esclarecimentos sobre os mecanismos de informática e procedimentos utilizados para a concessão do benefício. O fluxograma do processo de concessão foi atualizado.

Com o intuito de verificar a existência ou não de falhas no procedimento de concessão do benefício, foi requisitado junto a STI o banco de dados contendo a frequência de todos os servidores desta E. Corte, pois este será utilizado para conferência de todas as 3.518 licenças prêmios concedidas no primeiro semestre de 2014.

**Pendências:** Filtro e análise dos arquivos recebidos, cruzamento de dados e verificação de pendências/falhas no procedimento de concessão do benefício.





## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

**Potenciais benefícios:** Possível detecção de falhas no procedimento de concessão de licença-prêmio.

### **2.2.3 Acompanhamento das medidas determinadas pela E. Presidência com referência à Auditoria de Avaliação de Desempenho 2013.**

**Procedimentos realizados:** Verificação do andamento das recomendações aprovadas pela Presidência no Relatório de Auditoria.

**Pendências:** Aguardando análise de sugestão pelo arquivamento dos autos.

**Principal benefício:** Melhoria das condições de trabalho dos Servidores.

## **2.3 ÁREA DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

### **2.3.1 Acompanhamento do Plano Plurianual.**

**Procedimentos realizados:** Análise dos processos nº 2010/91178 e 2011/67446 referentes às solicitações e informações das Secretarias e Diretorias deste Tribunal, que fundamentaram o Programa 303 – Processo Judiciário no Tribunal de Justiça, disposto na Lei nº 14.676/2011, que instituiu o Plano Plurianual do Estado de São Paulo para o quadriênio de 2012-2015.

Com base nas informações disponíveis no site da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR), por meio do Sistema de Monitoramento de Programas e Ações do PPA – SIMPA, bem como, nos dados disponíveis na transparência do site desta Corte, foram observadas as ações desempenhadas por este Tribunal, referente ao exercício de 2013, em relação às metas estabelecidas no PPA.

**Pendências:** aguardando ciência do Relatório Final do Juiz Assessor da Presidência.

**Potenciais benefícios:** Constatação de possíveis ajustes relativos às metas e ações estabelecidas para cumprimento do PPA por esta Corte.



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

### **2.3.2 Acompanhamento da execução orçamentária.**

**Procedimentos realizados:** Compilação de dados contábeis, orçamentários e financeiros obtidos por meio dos sistemas Siafem, Sigeo e Oracle Business Intelligence (BI), assim como de informações sobre despesas de pessoal fornecidas por Secretarias desta Corte.

Elaboração de diversos comparativos, gráficos e planilhas a fim de confrontar os recursos disponíveis pela Fonte Tesouro e Fundo Especial de Despesas (FED) em relação às despesas realizadas.

Análise da necessidade de suplementação de recursos do Tesouro para suprir o custo com despesas de pessoal desta Corte, para o exercício de 2014.

**Pendências:** Não há

**Potenciais benefícios:** Informações gerenciais para tomada de decisões relativas à execução orçamentária de 2014.

### **2.3.3 Auditoria no pagamento de diárias e auxílios.**

**Procedimentos realizados:** Análise de procedimentos para pagamento de diárias a servidores, bem como de procedimentos relativos a pagamento de auxílio alimentação por ocasião do pagamento da diária juntamente com o desconto na folha de pagamento.

Constatação de alguns pagamentos indevidos, inferiores e superiores aos valores previstos em normas vigentes.

Verificação de indevido desconto do auxílio alimentação em duplicidade, pois, quando o servidor utiliza o Código 581 em sua frequência (Curso autorizado pelo TJ), a SOF desconta o auxílio do valor da diária e a SGRH também faz o mesmo desconto na folha de pagamento.

**Pendências:** Monitoramento do atendimento às determinações da E. Presidência atribuída à SOF, à SPRH e à SGRH.

**Benefícios Efetivos:** Recuperação de valores pagos a maior, por meio de glosa em futuros pagamentos a servidores.

Regularização de pagamentos inferiores a servidores, por meio de complemento financeiro em conta corrente.



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

Identificação de necessidade de mudança no fluxo de trabalho e adequação da rotina, com correção de procedimento que vinha sendo executado de forma indevida, causando prejuízo ao servidor.

### **2.3.4 Acompanhamento dos recursos provenientes de Acordo de Cooperação com o Banco do Brasil.**

**Procedimentos realizados:** Análise de Acordos, Convênios e Contratos celebrados entre este Tribunal e o Banco do Brasil, concomitantemente às informações contábeis obtidas da SOF a fim de evidenciar as Receitas auferidas e as Despesas realizadas por meio dos Acordos de Cooperação.

Levantamento do valor acumulado de R\$ 4,3 bilhões, correspondente ao repasse financeiro ao TJSP pelo Banco do Brasil, relativo ao período de 18/10/2002 a 31/07/2014.

Constatação de que após a dedução de todas as despesas custeadas pelos recursos oriundos dos acordos celebrados a favor do TJSP, ainda restava disponível ao FED do TJSP o saldo financeiro de **R\$ 1.1 bilhão em 31/07/2014**.

Verificamos a previsão de repasse mensal ao TJSP de aproximadamente **R\$138,6milhões/mês**, totalizando uma estimativa de arrecadação até 19/11/2017 de **R\$ 5,54 bilhão**. Além desse valor, está previsto arrecadação da importância de **R\$ 534,5 milhões**, para o período de 1º/08/14 até 14/08/2019, de acordo com os contratos vigentes.

**Pendências:** Não há

**Potenciais benefícios:** Visão gerencial dos valores recebidos desses Acordos de Cooperação em favor do TJSP.

Constatação da importância desses recursos que, ao longo desses anos, estão sendo revertidos em modernização e melhoria da prestação jurisdicional, assim como para suporte financeiro de algumas despesas de pessoal desta Corte.

Verificação de conformidade da aplicação desses recursos em consonância com os acordos e normas vigentes.



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

### **2.3.5 Acompanhamento da execução orçamentária de despesa de pessoal (em atendimento à solicitação verbal do excelentíssimo desembargador Dr. Armando Sérgio Prado de Toledo).**

**Procedimentos realizados:** Acompanhamento da execução orçamentária da despesa de pessoal e encargos sociais de 2014, especialmente com recursos da Fonte 001 - Tesouro.

Participação em diversas reuniões com a SOF, a SGRH, a SEPLAN, com o desembargador Dr. Armando, bem como com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR).

Compilação de dados contábeis, orçamentários e financeiros obtidos por meio dos sistemas SIAFEM, SIGEO e Oracle Business Intelligence (BI), assim como de diversas informações obtidas da SGRH e da SEMA, a respeito de despesas efetuadas e estimadas com folha de pagamento de servidores e magistrados desta Corte, referente ao exercício de 2014.

Elaboração de diversas estimativas, no decorrer de 2014, de valores necessários para suprir as despesas com pessoal inativo, custeado pelo Orçamento deste Tribunal, referentes a valores atrasados não suportados pela SPPREV.

Levantamento e demonstração dos gastos com auxílio transporte e indenização pela Fonte Tesouro, com o intuito de transferir os valores despendidos para a Fonte do FED desta Corte.

Levantamento dos valores gastos com auxílio saúde de servidores, com base nos dados fornecidos pela SGRH, uma vez que não havia conta contábil específica para registro desse item de despesa.

Levantamentos e comparativos diversos referentes a despesas com pessoal, desde o exercício de 2010 até 2014, com o objetivo de analisar os recursos fornecidos pelo Tesouro no início de cada exercício orçamentário, assim como dos créditos adicionais suplementares concedidos ao final de cada exercício.

Com base nas informações levantadas, foram elaborados demonstrativos com indicação de valores de insuficiência orçamentária, atualizado mensalmente, de acordo com as despesas realizadas e, ainda, em consonância com as informações da SGRH e da Sema, referente aos valores previstos e estimados com despesas de pessoal até final de 2014.

Fornecimento à SEPLAN de diversos demonstrativos elaborados por esta DCI.



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

Em conjunto com a SEPLAN, foram elaborados demonstrativos dos valores pagos com recursos da Fonte Tesouro, passíveis de serem transferidos para comprometimento da Fonte FED e apontamento do cenário final para definição pela Alta Administração do valor necessário para solicitação de crédito suplementar em consonância com a disponibilidade de caixa do Tesouro do Estado.

**Pendências:** Não há

**Potenciais benefícios:** Informações gerenciais para tomada de decisões relativas à execução orçamentária de despesas com pessoal e encargos sociais em 2014.

## **2.4 ÁREA DE GESTÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL**

### **2.4.1 Acompanhamento das inscrições e cancelamentos de restos a pagar.**

**Procedimentos realizados:** Por meio de dados disponíveis no Siafem, foi selecionada uma amostra de 5% dos valores inscritos em Restos a Pagar, referente ao período de 2007 a 2012.

Requisitamos à SOF esclarecimentos na fase inicial e após o Relatório Preliminar no tocante à necessidade de manter os valores inscritos em Restos a Pagar, bem como providenciar cancelamentos de eventuais saldos desnecessários.

Da amostra selecionada 50,7% dos itens inscritos em Restos a Pagar foi cancelado pela SOF e os demais estão aguardando informações dos gestores de contratos ou submetidos a Processos Administrativos Apuratórios ou ainda aguardando algum outro tipo de procedimento.

**Pendências:** Monitoramento do plano de ação a ser executado pela SOF, conforme determinação da E. Presidência (Relatório de Auditoria nº 15/2014 - DCI).

**Benefícios efetivos:** Devido ao cancelamento dos itens de Restos a Pagar, a importância de R\$ 1.245.722,86 retornou para o FED, possibilitando o uso desse recurso em outras despesas do TJSP e R\$ 101.164,64 retornou ao Tesouro do Estado, totalizando R\$ 1.346.887,50.

No decorrer desse trabalho, além dos itens selecionados na amostra por esta DCI, oportunamente a SOF cancelou outros valores inscritos em Restos a Pagar que culminou o



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

retorno de R\$ 393.882,65 ao FED do TJSP e ao Tesouro do Estado R\$ 1.061.017,60, totalizando R\$ 1.454.900,25.

**Potenciais Benefícios:** Mitigar a permanência de valores indevidos inscritos em Restos a Pagar na Contabilidade deste Tribunal, possibilitando a liberação orçamentária desses valores ao TJSP, para os casos de recursos vinculados ao FED e para o Estado, aqueles vinculados à Fonte Tesouro, em consonância com a legislação vigente e à orientação da Secretaria da Fazenda.

Melhor eficiência na gestão orçamentária referente aos procedimentos de controles para efetivação de cancelamentos de valores inscritos em restos a pagar.

### **2.4.2 Verificação da implantação das novas Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público.**

**Procedimentos realizados:** Acompanhamento de implantação de medidas, no âmbito do TJSP, para convergência da Contabilidade Pública aos padrões internacionais. O Conselho Federal de Contabilidade editou 11 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) que devem ser implantadas neste E. Tribunal e atender aos prazos impostos, conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Ressaltamos que a SOF, desde 2013, iniciou estudos referentes à implantação ao disposto da NBC T 16.9 e NBC T 16.10 que estabelecem critérios e procedimentos para o registro de depreciação e amortização, bem como para avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio deste Tribunal.

Observamos que outras Secretarias deste Tribunal em conjunto com a SOF estão estudando medidas a fim de desenvolver um sistema próprio para viabilizar a contabilização das novas regras impostas.

**Pendências:** aguardando orientações da Secretaria da Fazenda do Estado e elaboração de Portaria específica pela SOF.

**Potenciais benefícios:** Verificar e acompanhar a adequação deste Tribunal à implantação das novas regras impostas pelas normas internacionais que estabelecem mudanças radicais na Contabilidade Pública, que conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) deve ser implantada neste Órgão nos prazos determinados.



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

### **2.4.3 Auditoria na Desoneração da Folha de Pagamento.**

**Procedimentos realizados:** Curso de capacitação em Brasília, promovido pelo CNJ, para orientação sobre revisão de Contratos com despesas de serviços de Tecnologia da Informação (TI), conforme disposto dos art. 7º e 8º da Lei nº 12.546/2011, que dispõe sobre a substituição da contribuição previdenciária patronal (CPP) de 20% sobre a folha de pagamento pela contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) com alíquota variável de 1% a 2,5%, dependendo da atividade das empresas, podendo resultar em economia na carga tributária das empresas abrangidas pela desoneração da folha.

Elaboração e parametrização de cálculos da planilha de custos com o propósito de viabilizar revisão dos contratos, com planilhas de custos, de serviços de Tecnologia da Informação (TI) e de Obras e Engenharia, abrangidos pela Lei nº 12.546/2011, e suas posteriores alterações.

Estudos e pesquisas para elaboração de Cartilha de Orientação de Perguntas e Respostas sobre aplicação de desoneração da folha de pagamento, para apoio aos servidores da SAB.

Participação em várias reuniões com servidores da SAB e DARAJ para orientação e esclarecimentos.

Em reunião realizada entre a DCI e a SAB, para tratar de medidas para atendimento ao Ofício-Circular nº 263/SG – SCI/2014 do CNJ, que orienta sobre os procedimentos para revisão dos Contratos, com e sem planilhas de custos, abrangidos pela Lei 12.546/11, restou decidido que para cada Contrato a SAB abriria um processo que seria encaminhado a esta DCI, para análise documental quanto às manifestações das empresas sobre eventual economia.

Ressaltamos que o benefício da desoneração da folha foi estendido às empresas de Construção Civil (Obras e Engenharia) a partir de 1º de abril de 2013.

Registramos que até o momento esta DCI recebeu da SAB para análise 36 Contratos de Tecnologia da Informação (TI) e 139 Contratos de Obras e Engenharia.

Conforme o relatório elaborado pela SAB, o valor estimado a ser restituído com o advento da desoneração das empresas que prestam serviços ao TJSP de Tecnologia de Informação é de R\$ 16.902.595,19 e com as empresas prestadoras de serviços de



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

Obras e Engenharia R\$ 81.830,64, totalizando um potencial de economia de R\$ 16.894.425,83, considerando o percentual apontado pelo CNJ.

Ressaltamos que a maioria dos contratos firmados não possui planilha de custos, o que, conforme verificado em nossas análises tem levado as empresas a se defenderem, muitas vezes com êxito, alegando que em suas planilhas de custos (as quais não constaram no contrato) já haviam considerado os valores desonerados.

Ressaltamos, ainda, que, de acordo com as análises dos documentos contábeis efetuadas por esta DCI, constatamos que algumas empresas, apesar de estarem enquadradas na aplicação da desoneração da folha de pagamento, não foram beneficiadas por uma economia tributária, dessa forma não há como o TJSP solicitar restituição de valores.

**Pendências:** Análise documental de 15 processos de serviços de Tecnologia da Informação e 139 processos de Obras e de Engenharia.

**Potenciais benefícios:** Expectativa de recuperação de valores pagos a maior pelo TJSP e redução dos valores contratados vincendos para os casos que couberem reequilíbrio contratual.

### **2.4.4 Monitoramento das determinações do Relatório de Auditoria nº 3/2013 – Acompanhamento da Aplicação das Resoluções números 98/2009, 169/2013 e 183/2013 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.**

**Procedimentos realizados:** Esse trabalho foi elaborado em razão da necessidade de adequar os procedimentos do TJSP para aplicação das Resoluções CNJ 98/09, 169/13 e 183/13 que dispõem sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas (férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS), previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao CNJ, as quais devem ser depositadas exclusivamente em banco público oficial (Banco do Brasil).

A fim de atender as recomendações aprovadas constantes do Relatório de Auditoria nº 03/2013 que trata sobre Acompanhamento da Aplicação das Resoluções números 98/2009





## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

e 169/2013 do CNJ, foram realizadas em 2014, cinco reuniões envolvendo diversas Secretarias e Unidades, a saber: SOF, DARAJ, SAB, GPL, SPI, STI, GTAJ e SAD, sendo que foram formados 04 grupos de trabalhos distintos, coordenados por esta DCI, a fim de atender as recomendações do Relatório:

### Grupo 1: Composto por 12 servidores integrantes de várias Unidades

Grupo 1	a) Atualizar as tabelas de Composição de Preços e as Tabelas Auxiliares sempre que houver reajustes ou alterações pertinentes para facilitar o controle e a fiscalização dos contratos. <i>(item 3 do relatório).</i>
	b) Análise e comparação da viabilidade para utilização dos Cadernos Técnicos de Serviços Terceirizados - CADTERC da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo nos contratos firmados por esta Corte. <i>(item 4 do relatório).</i>

**Trabalhos do Grupo 1:** Após reunião com a SAD, DARAJ, GPL e SAB, ficou definido o Processo Piloto para a primeira análise para comparação do Custo de Contratação pelo Modelo Atual x Contratação pelo Modelo CADTERC, assim como a Elaboração do Termo de Referência e Precificação, em ambos modelos de contratação.

**Pendência:** Recebemos os arquivos elaborados pela DARAJ, porém ainda incompletos, os quais serão analisados quando o trabalho for finalizado.

**Potenciais Benefícios:** Com o objetivo de melhor gerenciamento do gasto público a análise da viabilidade da utilização do CADTERC nesta Corte pode representar redução de despesas nas licitações e eficiência na execução dos contratos.



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

### Grupo 2: Composto por 14 servidores integrantes de várias Unidades

Grupo 2	c) Adoção de tabelas auxiliares, para todos os processos licitatórios que envolvam mão de obra residente, conforme modelos sugeridos. As tabelas deverão ser adequadas às peculiaridades de cada serviço contratado. <i>(item 6 do relatório).</i>
	d) Elaboração de estudo pela STI em conjunto com a SOF e a SAD, com a finalidade de desenvolvimento de um módulo no Sistema Administrativo - SAJ/ADM para controlar a execução dos contratos que envolvam funcionários terceirizados, em atendimento aos dispositivos das Resoluções do CNJ números 102/2009, 169/2013 e 183/2013. <i>(item 13 do relatório).</i>

**Trabalhos do Grupo 2:** Após reunião com a STI, SAB, DARAJ, SAD, SOF e SPI restou decidido a extensão do Projeto do sistema a ser desenvolvido e implantado, bem como as etapas a serem executadas.

**Pendências:** Conclusão do Projeto, desenvolvimento e implantação do sistema.

**Potências Benefícios:** Evitar pagamentos em duplicidades e retenções indevidas referentes às notas fiscais dos Contratos com empresas que possuem mão de obra residente.

Redução de volume de trabalho, melhor eficiência e eficácia no desempenho das tarefas de controle.



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

### Grupo 3: Composto por 6 servidores integrantes de várias Unidades

Grupo 3	a) Incluir em Edital e Contrato cláusula indicando que os valores a serem pagos pela empresa aos funcionários com mão de obra residente não poderão ser inferiores aos apresentados no processo licitatório, de forma a evitar que a contratada pague salários menores do que os informados em planilha de composição de custos - Acórdão 2438/2013-Plenário, TC 014.508/2007-5). <i>(item 7 do relatório).</i>
	b) Renegociação do Contrato nº. 000.037/12 com a empresa MPS Informática Ltda., bem como a revisão dos demais contratos de prestação de serviços de Informática, com mão de obra residente. <i>(item 8 do relatório).</i>

**Trabalhos do Grupo 3:** Após reunião com o GTAJ, STI e SAB restou decidido a inclusão em edital da Cláusula prevendo que a empresa não pode pagar salários inferiores aos constantes nos contratos, também foi recomendado ao gestores do contrato em que quando identificada esta situação, seja solicitada abertura de pedido de reequilíbrio econômico.

Outrossim, restou recomendado a não prorrogação dos contratos, observando-se a devida cautela, a fim de que seja incluída a cláusula proibindo pagamento de salários inferiores aos contratados.

Após a redação da Cláusula pelo GTAJ em conjunto com a SAB, a mesma já está sendo incluída nos novos procedimentos licitatórios.

**Pendências:** (i) Apuração do valor do reequilíbrio econômico no Contrato da MPS no qual foi identificado pagamento de salários inferiores aos constantes em contrato. (ii) Revisão pela STI dos demais contratos.

**Benefícios efetivos:** (i) Moralização na execução dos contratos, coibindo a prática de superfaturamento nos valores de salários de mão-de-obra que não são efetivamente pagas ao quadro de funcionários das empresas.

**Potenciais Benefícios:** Possibilidade de reequilíbrio econômico no Contrato no qual esta situação foi identificada – Valor apurado pago a maior pelo TJSP (amostra de apenas um



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

contrato-período de 11 meses) - **R\$ 2.136.698,90**, bem como em outros que poderão ser revisados.

### Grupo 4: Composto por 12 integrantes de várias Unidades

<b>Grupo 4</b>	<p>c) Edição de Portaria pelas Unidades Administrativas, SOF, SAD, SAB e DARAJ, destinada a regulamentar os termos do art. 10 das Resoluções números 169/13 e 183/2013 do CNJ, para disciplinar as atribuições das Secretarias do TJSP no que diz respeito à verificação dos percentuais das rubricas indicadas no edital de licitação, ao acompanhamento, ao controle, à conferência dos cálculos efetuados, à confirmação dos valores e à documentação apresentada e demais verificações pertinentes, assim como a autorização para movimentar a conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação. <i>(item 15 do relatório).</i></p>
----------------	---

**Trabalhos do Grupo 4:** Após reunião com a SAD, DARAJ, GPL e SAB, na qual foram colhidas informações sobre o fluxo de trabalho em relação as retenções de que tratam a Resolução 169 e 183/2013, esta Diretoria redigiu a Portaria que foi submetida aos responsáveis de cada Secretaria/Diretoria para análise e aprovação.

Destacamos a edição da Lei Complementar nº 147/2014, após a redação da Portaria, que deve ainda ser analisada a fim de verificação quanto ao seu possível impacto na Portaria.

**Pendência:** (i) Análise dos possíveis impactos da Lei Complementar nº 147/2014 na Portaria. (ii) Aguardando aprovação de todas Secretarias/Diretorias envolvidas.

**Potenciais Benefícios:** Atribuir responsabilidades a cada Secretaria/Diretoria envolvida no processo e melhora do fluxo de trabalho em relação às atribuições da Resolução 169 e 183/2013.



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

### **2.4.5 Processos de Adiantamento – Despesas com Verba de Representação**

**Procedimentos realizados:** esse trabalho decorre da concessão de numerário ao servidor Henrique Rodrigo Galhardo, Coordenador da Secretaria da Presidência – SPr 1.1, para os casos de despesas expressamente definidos em lei, que não possam subordinar-se ao processo ordinário ou comum.

Revisão mensal da análise documental dos Processos de Prestação de Contas de Adiantamento.

Emissão de 10 Pareceres sobre regularidade das Prestações de Contas e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE).

**Pendências:** Aguardando Sentença do TCE sobre a regularidade de 2 prestações de contas.

**Potencial Benefício:** evitar o apontamento de irregularidades pelo TCE.

## **2.5 ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **2.5.1 Auditoria nos sistemas de informação na área administrativa.**

**Procedimentos realizados:** Inicialmente, foram selecionados pelo método de amostragem os cinco sistemas com o maior índice de chamados, abrangidos pelo contrato (321/11) de prestação de serviços de evolução tecnológica, suporte técnico e manutenção adaptativa e evolutiva firmado com a empresa Softplan.

Com o intuito de identificar as razões dos chamados, entre 8 e 19/09/14, cerca de 1.000 usuários foram convidados a preencher uma pesquisa de satisfação disponibilizada em um formulário criado a partir da ferramenta Documentos Google, sobre os 26 sistemas contidos no contrato mencionado.

A inclusão de todos os sistemas na pesquisa, inclusive aqueles com os menores índices de chamados, permitiu que o sexto objeto fosse selecionado, já que, cinco das 272 avaliações destacaram negativamente o Sistema de Controle de Adiantamento e Prestação de Contas (CAPNet).

**Pendências:** Concluir a análise documental.



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

**Potenciais benefícios:** Possível restituição ao erário com valor aproximado de R\$ 340.000,00.

### **2.5.2 Acompanhamento para verificar o nivelamento de TI.**

**Procedimentos realizados:** Conclusão do planejamento do acompanhamento das recomendações oriundas da ação coordenada de auditoria estabelecida pelo E. CNJ e prevista no item 3.3 - PAA 2013, que verificou os requisitos de nivelamento da área de TI.

**Pendências:** Requisitar informações atualizadas à STI.

**Potenciais benefícios:** Constatação do alinhamento do TJSP em relação à Res. 90/09/CNJ.

### **2.5.3 Ações Coordenadas de Auditoria – CNJ – Tecnologia da Informação**

**Procedimentos realizados:** Dois processos de contratação de bens ou serviços de TI foram aleatoriamente extraídos do Relatório de Controle de Pedido fornecido pela STI 7.2.2 para analisar a aderência à Res. 182/13/CNJ, que poderia ocorrer de forma gradativa em um prazo de, no máximo, 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação (17/10/2013).

As constatações que compuseram o Apêndice do Relatório de Auditoria 20/2014, foram submetidas ao E. CNJ dentro do prazo de estabelecido.

**Pendências:** Não há pendências.

**Potenciais benefícios:** Estabelecimento de diretrizes para as contratações de STIC, em conformidade com a Res. 182/13/CNJ.

### **2.5.4 Acompanhamento patrimonial dos equipamentos de informática adquiridos em 2011 (RA 8/2012)**

**Procedimentos realizados:** Acompanhamento das recomendações do RA 8/2012 no sentido de atualizar a portaria nº 8448/2011 e customizar o sistema SIP para que seja o



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

único sistema de gestão de equipamentos de TI, a fim de evitar as ocorrências apontadas no relatório de auditoria.

**Pendências:** Levar ao conhecimento da E. Presidência informações sobre o acolhimento das recomendações.

**Potenciais benefícios:** Viabilizar a movimentação de bens móveis por meio de sistema, com o envio e recebimento digital, através de um método preciso e dinâmico, evitando lapsos de digitações entre os dados constantes dos termos de transferências e de recebimento.

### **2.5.5 Auditoria em Sistemas de Segurança da Informação - RA 12/2013.**

**Procedimentos realizados:** Análise das manifestações em atenção ao relatório preliminar e conclusão do relatório final de auditoria, que recomendou o estabelecimento do Comitê Gestor de Segurança da Informação multidisciplinar (CGSI); a inserção de diretrizes da norma ABNT NBR ISO/IEC 27005:2011 na Portaria que trata do processo de gestão de riscos de segurança da informação; a análise e revisão da política de segurança da informação; a obrigatoriedade de troca de senhas na primeira autenticação de um novo usuário; a limitação do número de tentativas de *logon* sem sucesso; a concentração de esforços na integração dos sistemas ao *Active Directory*; a adoção de política de registros de auditoria (logs); a promoção de campanhas anuais de conscientização sobre a relevância da segurança da informação; a definição de intervalos para verificação da conformidade dos procedimentos em relação às normas de segurança implantadas e o desenvolvimento de plano de continuidade dos negócios.

**Pendências:** Não há pendências.

**Potenciais benefícios:** Reforço dos parâmetros de segurança da informação para garantia da disponibilidade, confidencialidade e da integridade do acervo digital da instituição.



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjstj.us.br

### 2.6 ÁREA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

#### 2.6.1 Auditoria em obras e serviços de engenharia.

**Procedimentos realizados:** Foram selecionados três contratos para a amostragem, observando-se as maiores materialidades na Capital e Interior, cujos prazos de execução se deram no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

O escopo observou os procedimentos referentes à elaboração de projeto executivo e a reforma geral dos edifícios que abrigam o Foro Regional do Jabaquara, bem como o fornecimento, instalação e manutenção de sistema de ar condicionado no Fórum de São José dos Campos.

A análise foi realizada sob a forma de estudo de caso, por meio de questionário estruturado e de inspeção física, observação direta, conferência de cálculos e revisão analítica. Esses procedimentos têm a finalidade de auxiliar a administração na aplicação de medidas corretivas e permitir a utilização eficaz e eficiente dos recursos.

O relatório preliminar de auditoria foi encaminhado à área auditada em 14/11/14. Em 10/12/14 esta diretoria foi informada que foram instruídos dois protocolos, 2014/00168290 e 2014/00162704 que tratam do projeto e da obra do FR. do Jabaquara e da obra do Fórum da Comarca de São José dos Campos, respectivamente.

**Pendências:** Analisar os protocolos 2014/00168290 e 2014/00162704 com as manifestações da área auditada, para conclusão do relatório final de auditoria 21/2014.

**Potenciais benefícios:** Possível restituição ao erário no valor aproximado de R\$ 870.000,00, referente à duplicidade de pagamento de seguros de risco de engenharia (R\$ 335.288,54) e indícios de sobrepreços apontados no Apêndice I do relatório (R\$ 533.125,89).

Seguros de risco de engenharia	
Item	Valor
1.1.1.2 - Bloco I	R\$ 167.644,27
1.1.1.2 - Bloco II	R\$ 167.644,27
Total	<b>R\$ 335.288,54</b>

Apêndice I			
Proposta Officeplan	Contratado Hersa	Diferença	Sobrepreço
R\$ 17.282,16	R\$ 84.098,36	R\$ 66.816,20	486,62%
R\$ 79.523,60	R\$ 215.172,10	R\$ 135.648,50	270,58%
R\$ 714.627,50	R\$ 769.923,75	R\$ 55.296,25	7,74%
R\$ 17.282,16	R\$ 84.098,36	R\$ 66.816,20	486,62%
R\$ 98.984,65	R\$ 267.829,11	R\$ 168.844,46	270,58%
R\$ 513.122,83	R\$ 552.827,11	R\$ 39.704,28	7,74%
R\$ 1.440.822,90	R\$ 1.973.948,79	<b>R\$ 533.125,89</b>	





## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

### **2.6.2 Auditoria no Controle Interno Administrativo da gestão de obras e serviços de engenharia.**

**Procedimentos realizados:** Conclusão do planejamento voltado à observação do ambiente de controle, procedimentos de avaliação e contingenciamento dos riscos, comunicações, informações, orientações e o monitoramento das atividades gerenciais de obras e serviços de engenharia, que será subsidiado por informações decorrentes de requisições e questionário.

**Pendências:** Requisitar informações e elaborar questionário para realização da análise.

**Potenciais benefícios:** Não previsto.

### **2.6.3 Acompanhamento do projeto Fóruns São Paulo.**

**Procedimentos realizados:** Análise dos processos que tratam da contratação dos serviços previstos nos três módulos do Programa Fóruns São Paulo - PFSP.

MÓDULO I - Proc. 2012/00127990: Prestação de serviços de apoio técnico por profissionais especializados na área de arquitetura e engenharia, incluindo assessoria, consultoria, coordenação, supervisão, avaliação e execução de levantamentos, estudos, projetos e atividades correlatas.

MÓDULO II - Proc. 2012/00128084: Serviços técnicos de engenharia consultiva e assessoria técnica para implantação de planos, programas e empreendimentos relativos à construção, à ampliação e à reforma de prédios do Tribunal de Justiça.

MÓDULO III - Proc. 2012/00128098: Serviços de manutenção predial, reformas pontuais e pequenos serviços de engenharia para os prédios dos fóruns e residências oficiais, por meio de registro de preços.

**Pendências:** Em razão de decisão no sentido de aguardar melhor oportunidade para prosseguimento do Módulo II e das divergências encontradas em composições de cálculo de BDI do Módulo III, será realizado o acompanhamento da execução contratual em 2016 e o monitoramento do efetivo ressarcimento dos percentuais relativos à bonificação de despesas indiretas em 2015.



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

**Potenciais benefícios:** Possível restituição ao erário no valor aproximado de R\$ 100.000,00, referente às irregularidades nas composições do BDI das empresas Simétrica Engenharia Ltda. e Leman Construções e Comércio Ltda.

ARP	Empresa	Valor em Ata	Pago até dez/14	Irregular	Corrigido	Reajuste	Valor indevido
RP-025/13	Leman Construções	R\$ 4.125.000,00	R\$ 1.737.234,12	28,50%	25,10%	3,40%	R\$ 59.781,75
RP-030/13	Simétrica Engenharia	R\$ 4.125.000,00	R\$ 459.060,48	28,72%	25,50%	3,22%	R\$ 14.781,75
RP-031/13	Leman Construções	R\$ 2.812.500,00	R\$ 711.822,42	28,63%	25,21%	3,42%	R\$ 24.344,33
Total		R\$ 11.062.500,00	R\$ 2.908.117,02				R\$ <b>98.907,83</b>

### 2.6.4 Acompanhamento das recomendações da Auditoria Especial em Contratos de Obras e Serviços nas Comarcas do Interior (2012)

**Procedimentos realizados:** Solicitação de informações à Comarca de Lençóis Paulista e análise das manifestações da SAD e DARAJ.

**Pendências:** Análise das informações prestadas pela Comarca de Lençóis Paulista.

**Potenciais benefícios:** Não previsto.

### 3. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

<b>Ciro Alencar de Carvalho</b>	Curso de Auditoria Governamental – CEAJUD EAD-CNJ (80 horas)
<b>Douglas Alaor Franco Martins</b>	Curso de Formação de Auditores Internos -- AUDI I - IIA Brasil (32 horas) Curso de auditoria de orçamento de obras públicas – CNJ (24 horas) Curso sobre Gestão de Riscos – CNJ (24 horas) Palestra “Fundamentos de Controle Interno” – TJSP (2 horas)
<b>Dulce Toyoko Kuniyoshi</b>	Curso de Formação de Auditores Internos - AUDI I - Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA (32 horas) Curso sobre Fundamentos do Controle Interno - TCE/SP (6 horas) Curso de Direito Administrativo – EPM/TJSP (16 horas) Palestra “Apresentação do SISCAA na WEB” – TCE/SP (3 horas) Palestra Qualidade de vida no serviço público – EJUS (2 horas) Palestra Equilíbrio pessoal e profissional - EJUS (2 horas) Palestra Inclusão de Pessoas com deficiência intelectual no Tribunal de Justiça – EJUS (2 horas)



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

<p><b>Eleni Pazin</b></p>	<p>Treinamento sobre Desoneração da Folha de Pagamento – CNJ (8 horas) Curso sobre Avaliação de Controles Internos – CEAJUD/CNJ (24 horas) Curso PROFIN – Programação e Execução Orçamentária e Financeira – FAZESP (35 Horas) Curso SIGEO – Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária – FAZESP (18 Horas) Curso de Auditoria Governamental – CEAJUD EAD-CNJ (80 horas) Curso de Formação de Auditores Internos - AUDI I - Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA (32 horas) Palestra “Processo Digital uma Evolução – Dicas e Dúvidas” – CETRA/EPM-TJSP (2 horas) Palestra “Fundamentos de Controle Interno” – TJSP (2 horas) Palestra “Gestão de Pessoas – Atitudes e Fundamentos” - TJSP (2 horas)</p>
<p><b>Elias Palma da Silva</b></p>	<p>Curso de Auditoria Governamental – CEAJUD EAD-CNJ (80 horas) Curso sobre Planejamento, Licitação, Contratação, Execução e Fiscalização de Obras Públicas de Edificações Administrativas – CNJ (24 Horas) Palestra “Fundamentos de Controle Interno” – TJSP (2 horas)</p>
<p><b>Jorgeana Souza dos Santos</b></p>	<p>Curso de Auditoria Governamental - EAD CNJ (80 horas) Palestra Fundamentos de Controle Interno – TJSP (2 horas) Workshop do Processo Eletrônico 2014 – TCE (4 horas)</p>
<p><b>Luciane de Oliveira Sousa</b></p>	<p>Curso de Auditoria Governamental - EAD CNJ (80 horas) Curso de Direito Administrativo – EPM/TJSP (16 horas) Curso Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos – Nível Intermediário – TCU – EAD (40 horas)</p>
<p><b>Luciany Lie Yanaguisawa</b></p>	<p>Curso de Auditoria Governamental - EAD CNJ (80 horas) Palestra Fundamentos de Controle Interno – TJSP (2 horas) Curso de Direito Administrativo – EPM/TJSP (16 horas) Workshop do Processo Eletrônico 2014 – TCE (4 horas) Palestra “Apresentação do SISCAA na WEB” – TCE/SP (3 horas)</p>
<p><b>Maeve Fabiana Rocha Pinto</b></p>	<p>Curso de Formação de Auditores Internos - AUDI I - Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA (32 horas) Curso sobre Auditoria de Folha de Pagamento com ACL – CNJ (24 Horas)</p>
<p><b>Marcel Dias Ferraz</b></p>	<p>Curso de Auditoria Governamental – CEAJUD EAD-CNJ (80 horas) Palestra “Fundamentos de Controle Interno” – TJSP (2 horas)</p>
<p><b>Marcelo Sanches Ramos</b></p>	<p>Fundamentos do Controle Interno - TCE/SP (6 horas)</p>



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

<b>Maria Regina de Souza Szelbracikowski</b>	Curso de Auditoria Governamental - EAD CNJ (80 horas) Palestra Fundamentos de Controle Interno – TJSP (2 horas) Curso sobre Fundamentos do Controle Interno - TCE/SP (6 horas) Palestra “Apresentação do SISCAA na WEB” – TCE/SP (3 horas)
<b>Misael Moura Badega</b>	Curso PROFIN – Programação e Execução Orçamentária e Financeira – FAZESP (35 Horas) Curso SIGEO – Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária – FAZESP (18 Horas) Curso de Auditoria Governamental – CEAJUD EAD-CNJ (80 horas) Curso sobre Fundamentos do Controle Interno - TCE/SP (6 horas) Palestra “Fundamentos de Controle Interno” – TJSP (2 horas)
<b>Nancy Nagata</b>	Curso de implantação da Nova Contabilidade – FIPECAFI/Fazenda (8 horas) Curso PROFIN – Programação e Execução Orçamentária e Financeira – FAZESP (35 Horas) Curso SIGEO – Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária – FAZESP (18 Horas) Curso de Auditoria Governamental – CEAJUD EAD-CNJ (80 horas) Palestra “Fundamentos de Controle Interno” – TJSP (2 horas)
<b>Renato Yoshinobu Kuba</b>	Curso de Auditoria Governamental - EAD CNJ (80 horas) Curso de Formação de Auditores Internos - AUDI I - Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA (32 horas) Curso de auditoria de orçamento de obras públicas – CNJ (24 Horas) Curso sobre Planejamento, Licitação, Contratação, Execução e Fiscalização de Obras Públicas de Edificações Administrativas – CNJ (24 Horas) Curso sobre Gestão de Riscos – CNJ (24 Horas) Curso sobre Avaliação de Controles Internos - CNJ (24 Horas) Curso sobre Auditoria de Folha de Pagamento com ACL – CNJ (24 Horas) Seminário “O Controle Interno Governamental: Velhos Desafios – Novas Perspectivas” – Banco Mundial e CONACI (21 Horas) Curso PROFIN – Programação e Execução Orçamentária e Financeira – FAZESP (35 Horas) Curso SIGEO – Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária – FAZESP (18 Horas) Palestra Fundamentos de Controle Interno – TJSP (2 horas)



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., s/n - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

<b>Rosângela de Sousa Carmo</b>	<p>Curso PROFIN – Programação e Execução Orçamentária e Financeira – FAZESP (35 Horas)</p> <p>Curso SIGEO – Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária – FAZESP (18 Horas)</p> <p>Curso de Auditoria Governamental – CEAJUD EAD-CNJ (80 horas)</p> <p>Curso sobre Fundamentos do Controle Interno - TCE/SP (6 horas)</p> <p>Curso de Formação de Auditores Internos - AUDI I - Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA (32 horas)</p> <p>Palestra “Implantação e Atividades do Controle Interno perante exigências ao TCE” – CRC (2 horas)</p> <p>Palestra “Gestão de Pessoas – Atitudes e Fundamentos” - TJSP (2 horas)</p>
<b>Sun Rei Ping</b>	<p>Curso de Auditoria Governamental - EAD CNJ (80 horas)</p> <p>Palestra Fundamentos de Controle Interno – TJSP (2 horas)</p> <p>Curso de Direito Administrativo – EPM/TJSP (16 horas)</p> <p>Seminário sobre Democracia e Gestão Participativa no Judiciário – A experiência no Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo – TJMSP (8 horas)</p> <p>Curso Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos – Nível Intermediário – TCU – EAD (40 horas)</p> <p>Curso Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos – ENAP – EAD (30 horas)</p> <p>Curso Matemática Financeira ENAP – EAD (12 horas)</p> <p>Curso Ética e Serviço Público – ENAP –EAD (20 horas)</p> <p>Curso Controles na Administração Pública – TCU – EAD (30 horas)</p> <p>Palestra Processo digital uma evolução, dicas e dúvidas – EJUS (2 horas)</p> <p>Palestra A arte da comunicação e criatividade e inovação para servidores públicos – EJUS (2 horas)</p> <p>Palestra Gestão de Pessoas, atitudes e fundamentos – EJUS (2 horas)</p> <p>Palestra Etiqueta, poderosa ferramenta profissional – EJUS (2 horas)</p> <p>Simpósio – Qualidade de vida no serviço público, 4ª etapa – EJUS (2 horas)</p>

São Paulo, 15 de janeiro de 2015.

Maeve Fabiana Rocha Pinto  
Coordenadora  
DCI 2

Eleni Pazin  
Coordenadora  
DCI 3

Douglas Alaor Franco Martins  
Coordenador  
DCI 4

Renato Yoshinobu Kuba  
Diretor  
DCI